
	Universidade federal de Juiz de Fora Instituto de Ciências Humanas Departamento de Turismo Curso de Bacharelado em Turismo		
NOME DA DISCIPLINA TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS		CÓDIGO DA DISCIPLINA TUR088	
CARÁTER DA DISCIPLINA	OBRIGATORIO ELETIVO (X) OPCIONAL	CARGA HORÁRIA 45 h	TEÓRICA (X) PRÁTICA (não será ofertada)
<p>EMENTA: A disciplina “Turismo e Áreas Protegidas” contempla uma reflexão crítica sobre o ideário de criação de Áreas Protegidas e sua relação dialética com a prática turística. Nesse sentido, são debatidos os significados e repercussões do turismo em áreas naturais protegidas, sobretudo em termos das principais definições e tipologias, arcabouço político-legal e impactos socioespaciais, em sentido amplo. Ao mesmo tempo, a disciplina compreende um debate sobre a natureza, implicações e desafios associados ao processo de ordenamento e planejamento territorial vinculado à criação e gestão de áreas protegidas e sua interface com o turismo.</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <p>Unidade I. Origem, evolução e significados do ideário de criação de Áreas Protegidas (02 ENCONTROS: 01 SÍNCRONO/01 ASSÍNCRONO) Os processos de (re)construção de uma ordem de proteção da natureza: as áreas protegidas no âmbito do surgimento e consolidação de uma agenda mundial global Trajetória da criação de áreas protegidas no mundo e no Brasil: marcos históricos e conceituais, principais organizações públicas e da sociedade civil, tipologias e categorias de manejo Diretrizes internacionais de conservação da natureza Políticas e legislações de áreas protegidas aplicáveis ao turismo</p> <p>Unidade II. Processo de institucionalização das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil (02 ENCONTROS: 01 SÍNCRONO/01 ASSÍNCRONO) Histórico Legislação e diretrizes políticas aplicadas às unidades de conservação Tipologias de Unidades de Conservação Principais conceitos e definições (biodiversidade, unidade de conservação, preservação e conservação, populações tradicionais, entre outros)</p> <p>Unidade III. Turismo e a Questão Ambiental (03 ENCONTROS: 02 SÍNCRONOS/01 ASSÍNCRONO) Turismo ecológico, turismo de natureza, turismo “sustentável” e ecoturismo: conceitos, definições e interrelações Turismo em áreas naturais Impactos socioespaciais, ambientais, culturais e econômicos do turismo em áreas protegidas</p> <p>Unidade IV. Ordenamento territorial, Unidades de Conservação e Turismo 03 ENCONTROS: 02 SÍNCRONOS/01 ASSÍNCRONO)</p>			

Processos de criação e gestão de unidades de conservação e suas repercussões socioespaciais
Unidades de conservação e sobreposição de diferentes exercícios de territorialidade (Estado, Iniciativa Privada, ONGs, Turismo, Comunidades)
Instrumentos de gestão e planejamento territorial de unidades de conservação e turismo (Conselhos Gestores, Planos de Manejo, Zoneamento)
Governança territorial, unidades de conservação e turismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: EDUSP/NUPAUB, 1994.
- FERREIRA, L.D.O.; NÓBREGA, W.R.M. Reflexões teóricas e conceituais sobre política pública e governança aplicada ao contexto das Áreas Naturais Protegidas. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.11, n.2, mai/jul 2018, pp.160-178.
- GONÇALVES, Carlos W. Os (des)caminhos do meio ambiente. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia e LIMA, Marcelo (orgs). Turismo: Resignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2018).
- MEDEIROS, Rodrigo. A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2003. 391p. Tese (Doutorado em Geografia)
- SANCHO-PIVOTO, Altair; ALVES, A. F. ; DIAS, V. N. . Efeitos e transformações gerados pelo turismo no contexto territorial do Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais, Brasil. Revista brasileira de pesquisa em turismo, 2020. (no prelo)
- ZACCHI, Giancarlo. Turismo Ecológico e Ecoturismo: Diferenças e Princípios Éticos. (2004) Diálogos & Ciência — Revista Eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana. Ano II, n. 4, jun.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas (2010). / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo.
- BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.
- BRUMATTI, Paula; JUSTINO, Ana e Ferreira, Fellipe. Unidades de Conservação, Turismo e Governança: capacidades e implicações para o uso público do Parque Estadual Mata da Pipa, Rio Grande do Norte, Brasil. Revista Turismo e Desenvolvimento, n. 27/28, 2017. Págs 547-557.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE 2011). Brasília, DF – 23 a 25 de Novembro de 2011.
- OLIVEIRA, Verônica Macário De; GÓMEZ, Carla Pasa; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Indicadores de sustentabilidad para la actividad turística: Una propuesta de monitoreo usando criterios de análisis. Estudios y Perspectivas En Turismo, Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 2, p.177-197, 2013.
- RAIMUNDO, Sidnei. Conservação da Natureza e Turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, p. 10- 41, 2008.
- SANCHO-PIVOTO, Altair e ALVES, Alexandre. “O estado da arte das pesquisas sobre impactos do turismo em parques: uma aproximação das experiências brasileiras”. Rev. Latino-Am. Turismologia / RELAT, Juiz de Fora, v.3, n.1, pp.21 –36, Jan./Jun, 2017.

AVALIAÇÃO:

Considerando a Resolução 33.2020 que rege o Ensino Remoto Emergencial na Universidade Federal de Juiz de Fora, que prevê o mínimo de 03 atividades avaliativas, esta disciplina realizará uma avaliação ao final de cada unidade, ou seja, 04 avaliações no valor de 25 pontos cada uma. As avaliações ocorrerão de forma assíncrona e os alunos e as alunas poderão requerer Segunda Chamada de acordo com o artigo 35, da Resolução 23/2016, que trata do Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG).

A frequência será contabilizada de acordo com o previsto na Resolução 33.2020.